

mecanismo. Para tal, dialogámos com as entidades competentes e respondendo ao que nos ia sendo solicitado, elaborámos uma proposta de novo regime jurídico, um plano de actividades, um orçamento. Estes documentos de trabalho, que apresentaremos com maior detalhe no último painel, preconizam a instalação do mecanismo na Assembleia da República, dotando-o da independência necessária, de acordo com os Princípios de Paris que vinculam organismos de protecção, promoção e monitorização de direitos humanos, e o estabelecimento de sinergias com diversos organismos, permitindo assim reduzir custos.

Mas porque se tratou de um ano de muito intensa produção legislativa na área da deficiência, não quisemos também deixar de reflectir sobre as propostas que foram sendo colocadas em discussão pública, e de enviar atempadamente os nossos contributos.

No relatório que hoje divulgamos, toda essa actividade está reflectida. Perante o volumoso número de páginas, certamente muitos se interrogarão – se foi possível fazer tudo isto nas condições que referem, por que razão reclamam por mais meios? Não é o conteúdo deste relatório a prova evidente de que afinal o modelo que a Resolução do Conselho de Ministros tinha desenhado servia os objectivos da Convenção?

Quero aqui, de forma inequívoca e frontal, afirmar que não. Se muito foi feito, muito ficou por fazer. E se estamos convictas e convictos de que mais não poderíamos ter feito, temos também a plena consciência de que não foi possível concretizar em plenitude a nossa missão.

Ponderámos por isso, e assumimo-lo publicamente, cessar funções. Mas as conversações entretanto desenvolvidas com os diferentes grupos



parlamentares, a abertura e apoio que manifestaram às nossas propostas, fizeram-nos crer que uma solução é possível. E é nessa expectativa que estamos aqui e que estamos dispostas e dispostos a aguardar que num prazo razoável esta situação seja ultrapassada e o Mecanismo possa condignamente exercer as funções para que foi criado. Entre o muito que ficou por fazer saliento sobretudo a necessidade de desenvolver um diálogo estreito, continuado e próximo com as pessoas com deficiência e as suas organizações, que permita conhecer e recolher as suas preocupações, necessidades e propostas. Que permita que nos demos a conhecer e à Convenção, con-

tribuindo para que cada cidadão e cidadã com ou sem deficiência se possa converter num agente activo de promoção da convenção e num guardião do cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência. Hoje, com a realização desta conferência, damos um primeiro passo nesse sentido, que esperamos poder repetir noutros momentos.

Estamos muito gratos à Assembleia da República por se ter associado a este evento e pelo apoio que nos tem dispensado, sem o qual a realização desta Conferência não teria sido possível. Acima de tudo, agradeço profundamente a presença de Vossa Excelência, Senhor Presidente, nesta sessão

de abertura, pelo que ela dignifica e eleva, em importância e visibilidade, a temática dos direitos das pessoas com deficiência.

Agradeço igualmente a presença da Senhora Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência que na primeira linha, e creio que muitas vezes nos bastidores, é certamente uma aliada neste combate.

A toda a audiência, finalmente, agradeço de forma muito sentida a presença entusiástica, pela mensagem de apoio e de força que ela nos transmite. Bem-hajam. Bom trabalho.”

*Paula Campos Pinto,
presidente do Me-CDPD*

60 anos da Fundação LIGA

Artistas da Casa das Artes em Exposição na Assembleia da República

A ADFA esteve na inauguração da mostra colectiva de artes plásticas dos 60 artistas da Casa das Artes - Exposição nos 60 anos da Fundação LIGA, na Assembleia da República, em Lisboa, no dia 10 de Janeiro.

A Exposição materializa a história de um espaço aberto à criatividade e à descoberta artística, através das obras dos 60 autores que integraram a iniciativa. A mostra fica patente no Corredor da Cafeteria da Assembleia da República, entre 10 de Janeiro e 16 de Fevereiro, no âmbito das comemorações dos 60 anos da Fundação LIGA (2016), estando assim patente ao público no

Palácio de São Bento (com entrada pela portaria), com entrada livre.

Foi realçado que, “quando há 60 anos a Liga iniciou a sua actividade, estavam a dar-se os primeiros passos na prestação de serviços, diferenciada, para as pessoas com deficiência em Portugal”. O movimento, até então “assistencialista e asilar”, nasceu e cresceu com o contributo de técnicos, amigos e familiares preocupados com a dignidade de todos os cidadãos e com o cumprimento dos Direitos Humanos.

A ADFA esteve representada pelo presidente da Direcção Nacional, José Arruda, e pelo secretário da DN, José Pavoeiro.

